



QUEM TEM MEDO DO TERRITÓRIO? ESTAR VIVO À REVELIA DO MUNDO

Cristiane Knijnik¹

Júlia Fraga²

RESUMO: Esta escrita se constitui através de inquietações acerca das produções de cuidado no contexto da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) atravessada pelo processo de Contrarreforma Psiquiátrica. Compartilhamos uma cena, registrada em diário de campo construído durante a inserção em um programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental de uma universidade do Rio Grande do Sul, como dispositivo disparador para, através das pistas da cartografia, percorrer sentidos sobre a produção de cuidado e a fragilização da rede substitutiva. Durante este percurso, analisamos como a centralização dos serviços, o desinvestimento na RAPS e a reativação de lógicas coloniais e manicomiais produzem furos na rede, frequentemente preenchidos por dispositivos de controle e punição. Sustentamos que o território, longe de mero espaço físico, constitui plano existencial e político fundamental à produção do cuidado, e que a luta antimanicomial é, também, luta anticolonial, antirracista.

Palavras-chave: Rede de Atenção Psicossocial; Luta anticolonial e antirracista; território.

¿QUIÉN TIENE MIEDO DEL TERRITORIO? VIVIR A PESAR DEL MUNDO

RESUMEN: Este artículo surge de inquietudes en torno a los procesos de producción de cuidado en la Red de Atención Psicossocial (RAPS), atravesada por la Contrarreforma Psiquiátrica. A partir de una escena registrada en un diario de campo construido durante una Residencia Integrada Multiprofesional en Salud Mental en el sur de Brasil, tomamos dicha escena como dispositivo disparador a través del cual, siguiendo las pistas de la cartografía, recorreremos sentidos en torno a la producción de cuidado y la erosión de la red sustitutiva. A lo largo de este recorrido, analizamos cómo la centralización de los

¹ Doutorado. Psicologia. Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora no curso de psicologia – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. (UNISINOS). E-mail: cristianeknijnik@unisinos.br. ORCID: 0009-0000-37616368.

² Pós-Graduação - Especialista em Saúde Mental | RIMS Saúde Mental (UNISINOS). Graduação em Psicologia (UNISINOS). Técnica do Centro de Referência da Mulher (CRMulher) de Sapucaia do Sul/RS. E-mail: juliafraga009@gmail.com. ORCID: 0009-0003-6973-7297.



servicios, la desinversión en la RAPS y la reactivación de lógicas coloniales y manicomiales producen fisuras en la red, frecuentemente llenadas por dispositivos de control y castigo. Sostenemos que el territorio, lejos de ser un mero espacio físico, constituye un plano existencial y político fundamental para la producción de cuidado, y que la lucha antimanicomial es también una lucha anticolonial y antirracista.

Palabras clave: Red de Atención Psicosocial; lucha anticolonial y antirracista; territorio.

1 O BRILHO NOS OLHOS DO MENINO

“Aqui eu tô comendo muito, todo dia. Tô até mais gordinho.”

“Na primeira noite aqui, um cara gritou a noite toda. Fiquei olhando um pouco, mas não dava pra ver. Daí eu parei. Tem uns que a cadeia enlouquece, mas eu não vou ficar assim.”

Visitar o Bruno³ foi uma das coisas mais difíceis que eu fiz enquanto profissional residente – e não por ter que ir até à penitenciária, mas por ser colocada de encontro com algumas das maiores ambivalências com as quais já me confrontei. Enquanto eu dirigia junto de Larissa⁴, a ida até a penitenciária, que se iniciou com uma saga para encontrar itens pessoais e de higiene que poderíamos levar para Bruno, foi ocupada por risadas e conversas motivadas por uma alegria imensa: finalmente encontráramos Bruno e o visitaríamos.

O trajeto de retorno até São Leopoldo, contudo, foi marcado por uma parada, realizada a menos de 2km da saída da penitenciária, necessária para dar lugar a um abraço demorado e silencioso e um fluxo incontrolável de lágrimas.

³ Nome fictício.

⁴ Colega enfermeira do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e preceptora deste campo no programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).



Quarenta minutos de silêncio desconfortável, com poucas palavras tímidas que ousavam encontrar o peso quase concreto que gerava a ausência do que dizer e embargava nossas vozes. Ouvir Bruno falar que “melhor do que aqui não tem como, agora”, que ele está bem por ter o que comer e onde dormir; tudo isso dentro do sistema carcerário, só faz evidenciar o vazio e a insuficiência violenta de uma rede que, neste caso, não garantiu praticamente direito algum – de modo que a prisão, um local construído e estruturado para violar direitos, operar violências e extermínio, esteja conseguindo “dar conta” de algo que nós, enquanto redes de saúde, assistência, habitação e direitos humanos, não conseguimos garantir durante toda a vida dele.

Bruno nos recebeu com um sorriso, um olhar meio incrédulo de surpresa e felicidade, um abraço longo e apertado e uma saudação composta por uma única palavra proferida por ele enquanto nos abraçava: saudade. Os seus gestos de carinho, assim como os nossos, foram tomados com apreensão pelos agentes penitenciários. Disseram-nos que estavam prestes a intervir e conter Bruno, pois estranharam “um preso indo abraçar duas trabalhadoras”. Posteriormente, enquanto percorríamos o trajeto até o portão de saída, duas agentes nos explicavam que a demora para conseguirmos ter nosso pedido de visita autorizado se devia ao caráter inédito da situação: nunca tinham visto trabalhadoras de um serviço procurarem por um usuário preso – ainda mais visitá-lo. Essas falas vão nos dando pistas, nem tão desconhecidas, sobre quais afetos e comportamentos são comuns nas prisões, especialmente entre a população privada de liberdade e os agentes penitenciários. O que se espera e se produz nessas relações? Por que uma expressão de afeto entre um usuário preto em privação de liberdade e duas trabalhadoras brancas da saúde mental causa tanta estranheza? Enquanto eu e Larissa trazíamos



esses questionamentos uma para a outra, dentro do carro, perguntei-me se eu deveria ficar assustada por achar que já sabíamos as respostas para essas perguntas – respostas que falam de uma política de violência, negligência e extermínio.

Em dado momento da conversa com Bruno, Larissa disse para ele que ficou feliz por ver que ele mantinha o brilho nos olhos, característica tão marcante dele, que conservava o aspecto de menino em seu olhar mesmo em situações destruidoras. Quando ele perguntou o que ela quisera dizer, eu respondi: “o brilho de quem tá vivo”, e ela completou “de quem não esqueceu da vida lá fora”. Ele riu, meio tímido, e prometeu que não esqueceria; mas pediu que prometêssemos que não o esqueceríamos. Quantos esquecem ou são esquecidos e morrem, mesmo em vida? Quantos encontram formas de resistir, e quão difícil e insustentável pode ser este esforço em um ambiente tão hostil? Eu e Larissa saímos de lá com poucas respostas e nossas gargantas tomadas por nós que apertavam cada vez mais (Trecho de diário de campo, 04 de outubro de 2024).

Escolhemos abrir a escrita com esta cena-dispositivo como denúncia. Denúncia de um sistema capitalista que, imbuído de potência letal, permite que um jovem preto, que passou cerca de quinze anos em um abrigo institucional e que, ao atingir a maioridade, tornou-se sujeito em situação de rua, tenha como destino o sistema prisional. Como com tantos⁵ outros sujeitos – sujeitos, em sua maioria, pretes e pardes –, a vida de Bruno foi atravessada por encarceramentos: o acolhimento institucional, a situação de rua, as ameaças de morte constantes feitas por agentes de

⁵ A escolha ético-política e discursiva pelo uso da linguagem neutra de gênero para construir essa escrita compõe a própria perspectiva epistemológica através da compreensão da linguagem como prática produtora de realidades e recusando a naturalização do binarismo de gênero (Focault, 2021; Butler, 2021).



segurança pública e privada (as milícias organizadas) e o rótulo de “usuário de CAPS⁶⁷”.

Bruno não acessava nenhum outro serviço da rede; em todos eles, havia uma história que falava, em tom de justificativa, da violência institucional perpetrada contra Bruno, visto como um sujeito-problema, o que dificultava – quando não impossibilitava – o acesso a determinados direitos. Problema porque drogado, porque preto, porque era do abrigo, porque em situação de rua, porque envolvido com o tráfico, porque “com dificuldades para lidar com limites”, porque “respondia, gritava e era mal-educado”. Bruno era transformado, por parte da rede que o acompanhava, em um sujeito-criminoso, de modo que as represálias contra ele se faziam legítimas – em uma engrenagem, como Grada Kilomba (2019) nos ensina, que faz do sujeito negro receptáculo dos aspectos que a sociedade branca considera perigosos, sujos, violentos, não pertencentes.

Quão fragilizada precisa ser uma rede intersetorial para que uma pessoa se considere mais segura – e tenha, efetivamente, alguns direitos um pouco mais garantidos – em uma instituição total tão estruturalmente violenta quanto uma prisão? Ainda, quão *violenta* essa rede precisa e é capaz de ser para que essa situação ocorra? Depararmo-nos com este cenário no qual uma instituição de sequestro, tortura, controle e extermínio consegue oferecer algumas possibilidades de acesso a direitos que, em o cuidado em liberdade não conseguiu garantir.

A cena da visita a Bruno pode ser tomada como uma experiência que, apesar de falar, também, de nosso fracasso enquanto rede, propõe-se a narrar uma potencialidade advinda do encontro e do deslocamento que contribuem para reforçar este ponto de análise. Pois, apesar de o encontro ter sido bonito, à medida que

⁶ Centro de Atenção Psicossocial.



podemos reencontrá-lo e amarrar algumas estratégias de sobrevivência e enfrentamento insistindo na continuidade de um vínculo (de uma vida?), essa não é uma história bonita. É a narrativa possível em um cenário de fragilização do modelo de cuidado – uma narrativa que diz do quanto arriscamos as vidas já tão endurecidas des sujeitos de quem nos propomos cuidar. É a história da busca por esse menino de dezenove anos, que durou mais de um mês, entre visitas, ligações e e-mails desesperados para os serviços que fazem parte desta engrenagem de sequestro e tortura, lidando com informações insípidas e com a falta de provas de que ele ainda estava vivo. Foi uma repetição angustiante do que se desenhou durante o colonialismo (Passos, 2018) e a ditadura civil-militar brasileira (Franco, 2021) e se constitui até hoje como mecanismo cotidiano de desaparecimento forçado e extermínio no protótipo de democracia neoliberal, onde determinados corpos podem — e devem — sumir ou serem destruídos, destituídos de sua humanidade e de uma vida passível de luto (Butler, 2015).

Esta escrita se faz a partir de nossas experiências no município de São Leopoldo na Residência em Saúde Mental⁷, em diferentes serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e, em especial, com sujeitos que encontramos pelo caminho da residência. A proposta da pesquisa foi submetida para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa e aprovada pelo parecer nº 7.217.783. Fragmentos de diário de campo oferecem pistas deixadas pelos embates travados. Esses fragmentos se tornam também lâminas afiadas cortando a dita grande história de São Leopoldo, fazendo jorrar o sangue com que ela foi erigida.

⁷ Residência em Saúde Mental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) com campo no Município de São Leopoldo, em que uma das autoras foi residente entre 2023 e 2025 e a outra atua como professora e tutora desde 2017.



2 SÃO LEOPOLDO: BERÇO DA VIOLÊNCIA COLONIAL NO BRASIL

São Leopoldo é um município localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre. Faz divisa com Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo e Portão. O município é dividido ao meio pelo Rio dos Sinos. De um lado ficam as regiões Norte e Nordeste e de outro as demais regiões (Centro, Sul, Sudeste, Leste e Oeste).

A região onde hoje se localiza o município era habitada, originalmente, pelos povos indígenas Kaingang e Carijós. A colonização alcança a região no século XVIII, através da ocupação açoriana. Os colonizadores portugueses fundaram a Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFLC) em 1788, na região na qual hoje encontramos o bairro Feitoria, na região Leste do município. A partir do sistema *plantation*, que se baseava no latifúndio, na monocultura, no trabalho escravo e no direcionamento para o mercado exterior para sustentar a manutenção dos impérios coloniais, a RFLC era uma fazenda de agricultura de cânhamo, matéria usada na produção de cordas para navios (Rosa, 2024). Estima-se que cerca de 300 pessoas pretas escravizadas, das etnias Monjolo, Angola, Nagô e Iorubá (Behs, 2024), foram exploradas para trabalhar em tais fazendas.

Ao longo do período de existência da RFLC, diversos movimentos de resistência foram operados pelas pessoas escravizadas. Organizando-se coletivamente, elas produziam roças e constituíam outros serviços lucrativos para interesse próprio, o que possibilitava acesso a um mercado que, por sua vez, proporcionava alguma autonomia a essas pessoas (Rosa, 2024). Tal organização também possibilitava a saída das dependências da feitoria sem autorização para a realização de bailes, além da construção de estratégias contra os inspetores do local.



A partir do século XIX, o Governo Imperial do Brasil promoveu uma política de incentivo à vinda de imigrantes europeus para o Brasil como estratégia de embranquecimento da população através da miscigenação, da esterilização forçada e do confinamento psiquiátrico e carcerário da população preta (Bento, 2016). Em 25 de julho 1824, imigrantes alemães, trazidos ao Sul do país com o intuito de serem enviados para a Feitoria do Linho Cânhamo, chegaram em São Leopoldo. Este dia ficou conhecido como a fundação do município, e a chegada desses imigrantes marcou a nomeação do território como berço da colonização alemã no Brasil. Um município que é, portanto, constituído de dois eventos “inauguradores” absolutamente atravessados pela colonização – utilizamos⁸, aqui, aspas para demarcar o enviesamento deste termo, já que aqui havia pessoas, coletivos, histórias e produção de vida antes da invasão operada pela violência da colonialidade.

De acordo com o censo do IBGE de 2022, São Leopoldo tem 217.409 habitantes, com uma população estimada, para 2024, de 225.669 pessoas (IBGE, 2022). Em relação à raça, 78,5% das pessoas se autodeclararam brancas; 15,2% são pardas; 6% se declararam pretas; 0,2%, se identificam como indígenas; e 0,1% da população se autodeclara amarelas. Estes dados trazem diferenças expressivas entre si e entre a distribuição étnica da população brasileira em geral, que, em 2022, apresentava-se da seguinte maneira, em relação à autodeclaração: 45,3% pardas, 43,5% brancas, 10,2% pretas, 0,6% indígenas e 0,4% amarelas (IBGE, 2022). Aqui, lembramo-nos da cautela recomendada por Dall’Osto (2023) ao olhar para tais

⁸ Esta pesquisa-escrita cartográfica é construída com muitas mãos, a partir dos encontros com sujeitos, histórias e territórios. Escrever no plural é abrir passagem para tal coletividade, e marcar a principal companhia que tive no processo de sonhar essa pesquisa: minha orientadora, Cristiane Knijnik. Em alguns momentos, faço a escolha de manter a escrita no singular, quando estou me referindo à minha experiência em campo ou à minha trajetória enquanto profissional residente. Contudo, ressalto: somos constituídos por coletivos, por histórias que nos antecedem e nos ultrapassam.



dados, de modo a não esquecermos do fenômeno de embranquecimento populacional, atrelado a políticas e técnicas eugênicas de “melhoramento” da espécie humana por meio do controle genético da sociedade, tampouco do caráter velado que o *slogan* de “berço da colonização alemã no Brasil” traz para pensar a dimensão do racismo estrutural, enviesando declarações e entendimentos sobre a racialidade.

Quantas histórias foram encobertas por este lema colonizador? Quantas pessoas tiveram suas existências apagadas, subjetiva e concretamente, em nome de um título como esse? Quantas violências foram distorcidas para se tornarem contos de coragem e tradição?

São Leopoldo é dividida ao meio pelo Rio dos Sinos, e não raro encontramos quem diga que existe uma cidade diferente em cada lado do rio. Diríamos, talvez, que existem mais do que duas, a depender do local, do período do dia ou da noite, da época do ano e de quem está circulando por aquele território em específico. Este é um município constituído por muitos: lugares, cheiros, atalhos, sons, espaços e pessoas. Essa multiplicidade nem sempre fala da diversidade, mas de processos violentos de segregação, gentrificação e uso social do espaço. Tais processos alteram a circulação das pessoas pelos territórios, operam efeitos de estigmatização e produzem subjetivações. Joice Berth (2023, p. 18) nos dá algumas pistas sobre o processo de constituição das cidades: os discursos que as constroem também são aqueles que a cidade absorve; tais discursos são configuram as cidades, suas divisões espaciais o tecido social.

Recordamos as palavras de Davi Kopenawa em seus discursos: os brancos têm a cabeça cheia de esquecimento. Que possamos, então, seguir acompanhados por Grada Kilomba (2019, p. 213), que nos mostra que “O passado colonial foi



‘memorizado’ no sentido em que ‘não foi esquecido’. Às vezes, preferimos não lembrar, mas, na verdade, não se pode esquecer”.

Partimos de uma pista: é preciso criar narrativas para fazer memória. Lutar contra os apagamentos impostos pela narrativa colonizadora, branca, judaico-cristã, cisheteronormativa e atravessada pelo regime colonial-capitalístico que captura e apequena processos de subjetivação (Rolnik, 2018). Apostamos, assim, no potencial ético-político das narrativas para a tarefa de fazer memória, atentas ao perigo de uma história única (Adichie, 2019) que esmaga existências como que com um rolo compressor, achatando as subjetividades e homogeneizando tensionamentos e resistências como parte de um projeto político de morte e apagamento. Essas narrativas são atravessadas pelos territórios que as compõem, moldando e sendo moldadas pelos espaços físicos e existenciais nos quais são construídas.

O movimento de debruçarmo-nos sobre tais encontros compõe o esforço de desnaturalizar nossos olhares, escutas, sensações e análises. Desnaturalizar, também, nossas práticas enquanto profissionais que se propõem à construção do cuidado, acompanhando a produção das realidades (Escóssia; Tedesco, 2015) e abrindo caminhos para a invenção de possíveis no que se refere ao cuidado e às subjetividades. Propomos, desse modo, adiar o fim do mundo contando mais uma história – ou, ainda, várias –, como provoca Krenak (2020). Adiar o fim de alguns mundos e precipitar o fim de outros, como nos ensina Geni Núñez (2023)

3 CAMINHOS TORTOS PARA UMA METODOLOGIA SUJA

Esta escrita é parte de uma pesquisa que tem como pista metodológica a cartografia. A cartografia, enquanto pista metodológica, constitui-se como “prática



de pesquisa suja, distante da assepsia e da limpeza que [o] método científico positivista nos propõe” (Costa, 2014, p. 71). Encontro é contágio, é se entrelaçar com o que compõe o território existencial no qual mergulhamos. A sujeira, aqui, é tomada como presença, como pista para o *estar junto*. Sujar-se é se colocar à disposição do mergulho e da bagunça, recusando a dimensão morta e apática da ordem.

Convidamos Sofia Favero para compor o caleidoscópio-metodológico que construímos: “Abrir espaço para o sujo é fechar espaço para o nefasto. A sujeira é agressiva, mas a limpeza é verdadeiramente violenta. Foi a busca pela purificação que fez com que incorporássemos uma cosmologia colonial, imperialista, sanguinária” (Favero, 2022, p. 24). E o que se espera da pessoa cartógrafa? Que esteja atenta aos movimentos da vida, “sempre à espreita – é preciso um corpo que se deixe *contaminar* pelas intensidades da experiência do ato de pesquisar” (Machado; Almeida; Santos, 2013, p. 36, grifos meus). Favero (2022) aproxima a sujeira do agenciamento, conceito que, por sua vez, fala da criação, do estranhamento e da renúncia ao já sabido (Souza, 2015).

Propor uma pesquisa(-suja) que afirme sua presença ao se colocar em territórios físicos e existenciais para acompanhar seus movimentos de constituição exige, então, *colocar-se junto* às mutações, em um olhar que se construa a partir dessas transformações. (Rolnik, 2006, p. 15). Construir junto, mas estar atentas, também, ao lugar que ocupamos enquanto pesquisadoras: posicionar-se como estrangeiras-visitantes, pedindo licença para acompanhar e delirar coletivamente a produção do conhecimento, sabendo que começamos pelo meio, pois os processos de produção de subjetividade estão sempre em curso (Barros; Kastrup, 2015). Por entendermos a importância de começar pelo meio, propomos nossa escrita, que



acontece a partir do próprio *estar residente*, através de encontros que constituíram esse percurso.

E o que busca uma pesquisa que se proponha cartográfica? Acompanhar as “estratégias das formações do desejo no campo social” (Rolnik, 2006, p. 65) e, ainda, “participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidades” (Rolnik, 2006, p. 66). Para isso, temos que abdicar da pretensão de desvelar essências, este movimento que mimetiza um fazer arqueológico e dá à pessoa pesquisadora o poder de ser aquela que *descobre* algo, ainda que forçado, às custas de sangue e vidas – o descobrimento é aqui entendido como uma ação colonizadora, que só é possível à medida que alguém chega aonde antes não havia nada; uma inauguração da existência e do pertencimento. Trata-se, por outro lado, de potencializar o desejo em sua dimensão criadora – de realidades, de sociedades, de mundos (Rolnik, 2006). E, neste percurso, espalhar a sujeira, agenciá-la ao desejo e torná-la produtiva e produtora de realidades, como nos convida Favero (2022).

A construção de uma cartografia é feita com passos errantes e inquietos, uma escuta que acontece com todo o corpo e uma atenção à espreita (Kastrup, 2015). Escutamos com as mãos, Tateando os territórios e os elementos que os constituem, e com os pés, carregando em nossas solas os calos e as sujeiras – marcas do que acompanhamos nesse percurso. Caminhamos como quem se perde e, ao descobrir-se perdido, aproveita o trajeto, admirando os acontecimentos que encontram quem vagueia, com olhar e escuta curiosos e desacomodados. Assim, pesquisamos como quem tateia, sem saber ao certo o que irá encontrar, entendendo que se trata, justamente, de abdicar da pretensão de sabê-lo, já que o percurso se constrói a partir das incertezas e da implosão de saberes.



Como ferramenta que compõe a pesquisa, lançamos mão do diário de campo. Este dispositivo de pesquisa não é um mero registro burocrático e protocolar de informações; utilizando-se dele, a pessoa aprendiz-cartógrafa se propõe a registrar afecções e cartografar acontecimentos, construindo uma narrativa acerca do cotidiano do processo de pesquisa a partir de uma escuta atenta aos processos vivenciados. O objetivo do dispositivo do diário é se voltar ao que se dá no campo dos afetos, incluindo a análise das implicações da pessoa cartógrafa – ou seja, uma análise dos atravessamentos que fazem parte tanto do campo quanto da pesquisadora (Barros; Kastrup, 2015; Barros; Passos, 2015).

4 A LUTA ANTIMANICOMIAL É UMA LUTA ANTICOLONIAL, ANTICAPITALISTA E ANTIRRACISTA

A Reforma Psiquiátrica Brasileira, enquanto movimento, tem início na década de 1970, inspirada por processos de reforma psiquiátrica que ganhavam corpo em outros países. Diferentes atores sociais que estavam inseridos na produção de cuidado em saúde mental – usuáries, familiares, profissionais de saúde – reivindicavam a construção de outros lugares sociais para a loucura, assim como a construção de um novo modelo assistencial, incluindo o abandono de tratamentos baseados na violência, tortura, sequestro e encarceramento de pessoas em sofrimento psicossocial. Essa construção se deu por intermédio de apostas como o vínculo com o território enquanto um dos ordenadores da produção de cuidado e de saúde; por meio de apostas ético-políticas que deslocaram o eixo do cuidado dos manicômios para o território, compreendido como espaço de produção de vida, vínculos e cidadania, tendo o cuidado em liberdade como princípio organizador das práticas em



saúde mental (Amarante, 2007; Merhy, 2002). A Reforma Psiquiátrica Brasileira foi instituída, enquanto política, pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 (Brasil, 2001); ao instituir-se em lei, o processo da Reforma perde parte de seu caráter revolucionário, adotando uma postura reformista quanto à rede e os modos de produzir cuidado em liberdade.

Chiabotto, Nunes e Aguiar (2022) entendem que estamos em uma disputa de modelos de cuidado em saúde: o projeto democrático decorrente da Reforma Sanitária de 1970, que toma a saúde como direito universal e responsabilidade do Estado; e o projeto privatista neoliberal, tornado hegemônico no decorrer da década de 1990, com o avanço no neoliberalismo e dos processos de Contrarreforma do Estado. Os autores defendem, ainda, que, no âmbito da saúde mental, é possível falar em Contrarreforma Psiquiátrica, enquanto movimento de ataque às conquistas da Reforma Psiquiátrica brasileira, promovendo um "retorno à lógica de exclusão, estigma social e hospital psiquiátrico como locus de cuidado" (Chiabotto; Nunes; Aguiar, 2022, p. 83). A Contrarreforma não se reduz ao desmonte das políticas de saúde, mas é entendida como um projeto político articulado e intencional de desmonte do próprio Estado democrático brasileiro (Amarante, 2021; Borges; Almeida, 2021).

O processo da Contrarreforma Psiquiátrica, embora presente desde o início da Reforma Psiquiátrica Brasileira, foi intensificado pelo contexto de crise, fragilização das instituições democráticas, precarização e contrarreforma das políticas públicas no Brasil a partir do final de 2015, e se traduz em uma escalada de precarização dos processos de trabalho e cortes de investimento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (Chiabotto; Nunes; Aguiar, 2022; Nunes et al., 2019) – instituída pela Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 (Brasil, 2011) –, assim como no



retorno e na intensificação de dispositivos e práticas manicomiais. Pinho (2021) analisa o que ele chama de “agenda de regressividade” em relação à Contrarreforma Psiquiátrica, englobando pontos que fazem referência, dentre outros aspectos, ao sucateamento da RAPS e ao investimento estatal em hospitais psiquiátricos e em Comunidades Terapêuticas.

O olhar para o uso de substâncias psicoativas (SPA) sob o paradigma da guerra às drogas – um termo para mascarar a verdadeira guerra, que se faz contra as populações com o estigma do uso de SPA, atravessadas por diferentes marcadores – e da abstinência, combinado ao desmonte de políticas públicas específicas para tais populações, também são efeitos desse retrocesso. Aqui, o estigma tem sido empregado, social e politicamente, “para transformar sistematicamente diferença em desigualdade” (Oliveira; Oliveira; Lotti, 2020). A guerra às drogas tem como papel permitir o extermínio da população preta e pobre (Méllo, 2020) e é engrenagem do que Almeida (2019, p. 13) chama de “projeto antinegro do Estado capitalista”, que tem como ferramentas, por sua vez, a criminalização da pobreza, a desumanização dos sujeitos e a produção de práticas de controle e extermínio (Ferrugem, 2019).

Essa confluência de fatores acaba por produzir lacunas na Rede de Atenção Psicossocial. O cuidado territorializado e em liberdade é progressivamente fragilizado, e essas lacunas são preenchidas por velhos e novos dispositivos de controle cada vez mais capilarizados. Seu enfrentamento se torna mais delicado e estratégico, à medida que são configurações sutis, escondidas sob a fachada de dispositivos substitutivos. Lacunas que ocasionam a sobrecarga de familiares e demais cuidadores, dentre outros fatores que *produzem* o sintoma da loucura enclausurada. Constitui-se um ciclo entre a fragilização da rede substitutiva, a sobrecarga das redes de apoio de pessoas em sofrimento psicossocial, o crescimento



de dispositivos manicomiais a partir do financiamento público e privado e a reforma insuficiente na dimensão micropolítica em relação ao desejo pelo manicômio e pelo controle.

Podemos entender que, dentro deste cenário, determinadas populações são mais afetadas do que outras, como resultado do desmonte de uma rede de cuidados – uma rede que, fragilizada, não se vê com as próprias implicações, como o racismo institucional que se faz presente nos pontos de atenção da rede. (Tavares; Oliveira; Lages, 2013). Para as autoras (2013, p. 581), o racismo institucional diz respeito ao “fracasso coletivo no atendimento com qualidade aos grupos sociais estigmatizados pela cor ou pela etnia”.

Além disso, em meio ao tensionamento constante entre o modelo de cuidado em liberdade e o modelo manicomial, a rede de atenção psicossocial opera de modo centralizado, com serviços que se colocam como resistentes a atuar no território. Assim, a lógica se inverte: usuáries precisam se adaptar às ofertas dos serviços (Resende, 2015), que, além de geograficamente distantes, muitas vezes se constituem como serviços de alta exigência em relação aos critérios de acesso. Merhy et al. (2014) discutem a característica de os serviços não apenas não alcançarem os territórios, mas os desconsiderarem no processo de constituição dos sujeitos, exigindo dos usuáries que deixem suas vidas – constituídas pelas experimentações nas ruas, nas redes vivas – do lado de fora como condição de acesso. Reafirmamos a necessidade de um processo constante de desaprendizagem em relação às práticas discursivas e ao saber-poder instituídas (Merhy et al., 2014).

Apesar das potências de ampliação de modos de produzir cuidado em liberdade a partir das conquistas da luta antimanicomial e dos serviços substitutivos, torna-se cada vez mais imprescindível atentar para onde a rede de atenção



psicossocial *não tem alcançado*: o território, ali, exatamente onde a vida acontece. Entendemos, aqui, os territórios não apenas em seu aspecto material, mas os territórios existenciais, ali onde “há expressividade do ritmo” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 127) em constante processo de produção (Alvarez; Passos, 2015); onde a vida acontece, circula e compõe o próprio território físico, modificando-o a partir deste encontro cotidiano.

Se a função ética do desejo é ser agente ativo da criação de mundos (Rolnik, 2018), às práticas e agentes da produção de cuidado cabe o dever ético-político de operar uma política de dissidência que introduza rupturas na dominação da subjetividade colonial-capitalística em prol da reapropriação da potência criadora de mundos (Preciado, 2018). Tal movimento passa pelo reconhecimento das origens das ciências que se propõem como produtoras de cuidado, em especial a psicologia: saberes-fazer criados como dispositivos técnicos que se colocavam a favor e à disposição para participação nos regimes e processos de controle, normalização, dominação e violência contra as populações (Rolnik, 2018; Silva, 2021).

Por ora, arriscamo-nos a afirmar que tal processo não foi tomado como prioridade na construção das práticas de cuidado. O desejo ainda está capturado pelo inconsciente colonial-cafetinístico, que produz submissão e cessação da vida em sua dimensão criadora (Rolnik, 2018), com alguns funcionamentos mais sutis – igualmente violentos e destruidores. Ao entendermos que os movimentos do desejo influenciam e são influenciados pelas configurações do campo social, torna-se mais fácil analisar o estancamento do fluxo de criação e inventividade que permeia, atualmente, a rede de produção de cuidado.

Ainda, de acordo com David (2018, p. 68), “a herança manicomial racista dos anos antecedentes, somadas às difíceis condições vigentes no Brasil impostas pela



ditadura militar, desde 1964, fizeram com que a população negra compusesse a maioria nos presídios manicomiais”. O país e a Psicologia – enquanto ciência que nasce no intuito de contribuir ao funcionamento das engrenagens biopolíticas e ao processo de homogeneização das subjetividades e criação de categorias de dominação como parte do poder médico –, confrontam-se com seu passado e devem assumir compromisso ético-político de romper e propor um trabalho reparativo quanto a tal herança.

Ensaíamos nomear este período de tensionamento constante entre o modelo de cuidado em liberdade e produção de vida e o modelo de controle, tutela e produção de morte como uma crise em curso. Crise que não se caracterizaria apenas pela sua dimensão catastrófica e destrutiva, mas em especial – e esta é uma aposta que carregamos conosco – pelo seu potencial criador e denunciador de algo que vai além do indivíduo ou da agudização de sintomas. Entendemos que, embora esta “primeira” dimensão da crise deva ser levada em conta e que nos caiba construir possibilidades de intervenção para com ela, é na segunda que podemos investir com nosso potencial desejante e com a força de nossos fazeres em prol da ampliação de caminhos; ou seja, a crise que não deve ser individualizada, contida ou ocultada, mas assumida em sua potencialidade de transformação e abertura (Lobosque, 2003). De acordo com Dell’Acqua e Mezzina (1991), a crise possibilita que os serviços e a rede coloquem a si próprios em crise, questionando seu próprio funcionamento a partir da pista que a crise denuncia: o que acontece para além do sujeito. Embora não pretendamos negar que a crise traz consigo uma dimensão de sofrimento para o sujeito (Martins, 2017), a turbulência que lhe é característica provoca movimento que, por sua vez, é chave para a mudança, ainda que uma mudança errante,



claudicante, que hesita ao tatear caminhos – e não seria esse o movimento que nos interessa?

5 QUANDO A REDE PRENDE: CENAS DE UMA VIDA APESAR DE TUDO

Minha trajetória no CAPS AD de São Leopoldo enquanto campo de residência teve início em abril de 2024 – um mês antes das enchentes no RS. O serviço acabara de realizar uma mudança para um novo espaço físico: uma casa grande, bonita, com amplos espaços internos e externos. É o único CAPS AD sem nome do qual tenho notícias – pergunto-me se essa não-nomeação carrega algum significado consigo. Afinal, o processo de nomear alguma coisa se relaciona com a construção de um lugar simbólico, existencial e físico para aquilo. Na cidade que é berço da colonização alemã no Brasil, talvez não exista tanto lugar para um serviço voltado ao cuidado com pessoas que fazem uso intenso e prejudicial de substâncias psicoativas e que ameaçam o desejo de assepsia urbana.

Chego ao campo já conhecendo algumas pessoas que compunham o serviço – profissionais e usuáries. Dentre essas pessoas, estava Bruno. Usuário do CAPS II durante a maior parte de sua vida, ele foi encaminhado para um acolhimento institucional ainda na primeira infância, junto de vários de seus irmãos. Possui vínculo frágil com apenas alguns membros de sua família nuclear. Sua trajetória nas instituições de acolhimento foi pontuada por episódios de vivência em situação de rua, quando ele fugia, e por diversas situações de conflito com agentes do Estado e com milícias organizadas.

Por diversas questões – relacionadas às durezas de uma rede de alta exigência e baixíssima tolerância, que ainda tropeça nas tentativas de se ver com sua



branquitude e o que advém disso –, ele não acessa os serviços da secretaria de assistência social. Seu vínculo se limita aos CAPS pelos quais passou enquanto usuário e a profissionais que em algum momento trabalharam em um desses serviços e hoje estão em outros lugares da rede. Bruno é acompanhado por uma rede de cuidado composta por profissionais que foram, em algum momento, referência de cuidado do usuário nos serviços que acessou e acessa – e que se mostram disponíveis à aposta do vínculo com Bruno, o que não é o caso de boa parte das pessoas trabalhadoras dos serviços de saúde mental pelos quais ele passou. Falamos de um usuário que tem sua autonomia e possibilidade de movimentação restringidas, à medida que entendemos o conceito de autonomia como articulado à constituição de uma rede de diferentes serviços e espaços comunitários que sujeitos possam acessar (Kinoshita, 2010).

Entendemos o caso de Bruno como de alta complexidade, contextualizado em uma rede que, apesar de alguns movimentos, não se fez suficiente na tarefa da construção de um vínculo intersetorial e protetivo. Um caso atravessado pelo racismo institucional, que se expressa na criação de barreiras para acesso aos serviços e por movimentos nem tão sutis – um olhar atravessado, uma recusa em ofertar cuidado, a criação da imagem de um “usuário difícil” – que fazem parte da engrenagem do racismo.

Apesar das tentativas de avanços no que concerne ao cuidado às populações vulnerabilizadas, ainda persistem as inequidades no acesso a serviços – inequidades que podem ser resultado de diferentes opressões estruturais a tais populações (David, 2023). Aqui, para compor a cena-denúncia de Bruno, em especial, referimo-nos às inequidades raciais e da população em situação de rua. Falar sobre o caso de Bruno é denunciar a reprodução de relações raciais hierarquizadas nos pontos da rede de



atendimento, em um eco à herança colonial, escravagista e eugenista que o Brasil carrega (David, 2018).

A atuação no CAPS AD é pontuada por limitações importantes no que concerne à organização da equipe e aos dispositivos de cuidados ofertados. A centralização dos serviços, aspecto característico do atual modelo de atuação a nível municipal, estadual e nacional, acaba por afetar particularmente este serviço em desdobramentos ainda maiores, considerando as urgências e especificidades das demandas da população que acessa o serviço – em especial, a população em situação de rua que faz uso prejudicial de substâncias psicoativas. Trabalhar em um CAPS AD implica, sob a perspectiva de um cuidado ético-político, promover o desmonte de barreiras de acesso e desnaturalizar práticas e (não)-olhares direcionados a populações que são atravessadas por diversos marcadores sociais.

No contexto da Contrarreforma Psiquiátrica, assistimos ao retrocesso que inclui o investimento, por parte do Estado, em Comunidades Terapêuticas (Alencar; Vicentin; Rosa, 2020), em uma fragilização da rede que afeta, em especial, sujeitos atravessados por determinados marcadores, resultado de opressões estruturais – como a população em situação de rua e a população preta. Nosso trabalho quase perde o sentido, à medida que, cotidianamente, precisamos lidar com diferentes processos de luto – não apenas a morte física dos usuáries, mas também as violações de direito, os espancamentos na rua, os procedimentos de limpeza social no município, as barreiras burocráticas e relacionais para acesso aos serviços, dentre tantos outros lutos vivenciados pela população usuária do serviço e por nós, trabalhadoras dos equipamentos, através de seus efeitos e atravessamentos afetivos. Uma rede fragilizada, que se faz pouco presente nos territórios físicos e existenciais, implica, para Vicentin et al. (2020), em um maior acionamento dos dispositivos securitários.



Somos atravessados por um cenário no qual, habitando as pistas de Mombuca (2021), o organizador das ações da polícia é, não a lei, mas o desejo de perpetuação do sistema colonial-capitalista, de modo a afirmar o direito de tais agentes à gestão e execução da violência. Lembramo-nos de Frantz Fanon (2022), que discute a divisão do espaço urbano no mundo colonial entre o mundo do colono e o mundo do colonizado, que é, por sua vez, “um lugar mal-afamado povoado de homens mal-afamados. As pessoas ali nascem em qualquer lugar, de qualquer jeito. E as pessoas ali morrem em qualquer lugar, de qualquer coisa”. (Fanon, 2022, p. 35). São Leopoldo cria suas divisões e, assim, estabelece territórios habitados por políticas de limpeza social, morte e extermínio. Constitui uma rede centralizada, que por vezes se faz barreira para acesso a equipamentos públicos intersetoriais com práticas engessadas a seus espaços físicos – locais que podem operar intervenções institucionalizadas de cuidado, distantes das realidades dos usuáries, que estão, com o consentimento e ação direta do Estado, em processo de vulnerabilização social.

A constituição de serviços centralizados dificulta a articulação de redes. Como uma das consequências desse processo, temos que, muitas vezes, o vínculo dos usuáries também fica centralizado em um único serviço, que se torna responsável por toda a sua vida e a produção de seu cuidado. Ao analisar esse cenário, entendemos que ele se aproxima mais de uma lógica de instituição total, na qual a autonomia da pessoa usuária é reduzida. Partimos do conceito de autonomia discutido por Kinoshita (2010), que a considera não como sinônimo de independência, mas algo que está na contramão desse conceito capturado pela lógica neoliberal: a autonomia seria a capacidade de a pessoa ampliar e qualificar os vínculos que possui; quanto maiores as possibilidades de vinculação dos sujeitos, mais autônomos eles estão, pois podem contar com a presença de várias figuras de apoio e acolhimento.



À medida que uma rede centralizada produz condições insuficientes para a construção de níveis significativos de autonomia des usuáries e que o cuidado com essas pessoas é, também, centralizado, temos uma redução significativa das possibilidades de intervenção. Cenários nos quais sujeitos dependem de um único serviço – ou, ainda, que não têm vinculação com serviço algum – se tornam mais frequentes e, especialmente no caso de sujeitos atravessados por tantos marcadores sociais da diferença que intensificam sua vulnerabilização social, suas vidas são negligenciadas e apequenadas. Criam-se, assim, cenas como aquela que abre a presente discussão.

Bruno, durante a visita a ele no estabelecimento prisional, nos dissera que, no cárcere, ele teria uma segurança alimentar maior do que quando está em situação de rua – ou seja, quando deveria acessar os serviços da rede voltados à população em situação de rua, mas não o fazia, como analisamos, por como era visto pela rede – um sujeito preto, em situação de rua, com uso intenso e prejudicial de substâncias, mas também um sujeito “irritante” – que era “agressivo”, ou “que não tinha limite”, “que não dava para conversar”, para citar exemplos de frases ditas pelas equipes ao lhe negarem acesso aos serviços por “mau comportamento”. A pergunta retorna: quão fragilizada precisa ser uma rede intersetorial para que uma pessoa usuária se considere mais segura – e tenha, efetivamente, alguns direitos um pouco mais garantidos – em uma instituição total tão estruturalmente violenta quanto uma prisão?

As prisões se constituem como espaços de violação de direitos que contribuem para a manutenção de um maquinário punitivista que, por sua vez, mascara processos como a desigualdade social, as violências e o racismo estrutural. São dispositivos originados pela estrutura capitalista para “administrar, seja pela via



da correção, seja pela via da neutralização, as classes tidas como perigosas” (Kolker, 2004, p. 158), de modo a dar conta da falta das estruturas estatais que deveriam produzir condições de dignidade e cuidado para a população (Davis, 2020). O complexo industrial-prisional cumpre seu papel de, através dos estabelecimentos prisionais, criar depósitos de gente (Davis, 2018), conceito próximo ao de quarto de despejo, denunciado por Carolina Maria de Jesus (2014) em suas escritas. A estratégia estrutural e estatal de encarceramento em massa (Davis, 2018; Alexander, 2017; Borges, 2021) produz a desresponsabilização do Estado pelas vidas privadas de liberdade, a manutenção das desigualdades sociais geradas e mantidas pelo capitalismo e a individualização de problemas sociais (Davis, 2018).

Não desejamos que este relato seja uma romantização de um desfecho tão violento – ou, ainda, que contribua para uma ressignificação dos dispositivos prisionais, cuja função, insistimos, sempre será a violação de direitos em nome de uma punição mascarada de justiça. Tencionamos, que as narrativas que costuram essa escrita nos forcem a encarar nossas insuficiências enquanto rede e que estas, por sua vez, sejam janelas. Aberturas que nos provoquem à desaprendizagem e ampliem nossa capacidade de atentar e ousar sonhar, construir possibilidades outras de cuidado territorializado, ético e em liberdade. Que lembremos de, no processo de *libertar* a vida de seus estancamentos, operar desaprendizagens, explosões e empréstimos – empréstimo de vínculos e privilégios – de modo a constituir um *estar junto* que corra riscos e se faça aliade, em nome das violências que já operamos historicamente na vida des sujeites.

Em, Mombaça, encontramos um convite-convocação:



À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível. Aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas. Aqui, onde a noite infinita já não nos assusta, porque nossos olhares comungam com o escuro e com a indefinição das formas. Aqui, onde apenas morremos quando precisamos recriar nossos corpos e vidas. Aqui, onde os cálculos da política falham em atualizar suas totalizações. Aqui, onde não somos a promessa, mas o milagre. Aqui, onde não nos cabe salvar o mundo, o Brasil ou o que quer que seja. Onde nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras e manifestam, com sua dissonância, dimensões e modalidades de mundo que nos recusamos a entregar ao poder. Aqui. Aqui ainda (Mombaça, 2021, p. 14).

Poucas semanas após a finalização do trabalho de conclusão de residência que é força-motriz dessa escrita, Bruno voltara às ruas de São Leopoldo e ao CAPS AD. À medida que nos encontrava – nos serviços, nas ruas e praças da cidade –, ele nos contava que saíra do encarceramento após decisão proferida em audiência de custódia. Sua prisão havia se dado por um falso flagrante, atravessado pelo racismo estrutural que torna corpos negros intercambiáveis aos olhos do poder punitivo, e isso havia lhe custado quase seis meses de encarceramento. Gostaríamos, contudo, de falar sobre algo desses encontros, que aconteciam, muitas vezes de maneira inesperada, entre abraços e lágrimas de alívio. Bruno sorria ao compartilhar conosco seus próximos passos agora que estava “de volta”, como ele disse. Repetimos: Bruno sorria. Bruno estava vivo. Apesar de todas as violências operadas em sua vida, Bruno estava vivo. Está vivo – e mantém o brilho no olhar. Brilho *de quem não esqueceu da vida aqui fora e tá vivo*.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



ALENCAR, Rodrigo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves; ROSA, Miriam Debieux. Prefácio - Experiência, memória e coletivo para pensar-agir no campo do cuidado em relação ao uso de álcool e outras drogas. In: ALENCAR, Rodrigo; SILVA, Rubens Espelho da; AVARCA, Camila Aleixo de Campos (Orgs.). **Drogas e autonomia: interseções entre clínica e políticas públicas**. São Paulo: Benjamin Editorial, 2020. p. 9-15.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Magali da Silva. Prefácio. In: FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019. p. 9-15.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.

AMARANTE, Paulo (Org.). **Loucura e transformação social: Autobiografia de um movimento: quatro décadas de reforma psiquiátrica no Brasil (1976-2016)**. São Paulo: Zagodoni, 2021.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 172-200.

BASAGLIA, Franco. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



BEHS, Edelberto. A história de São Leopoldo não é só dos alemães. **IHU On-Line**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 30 abril 2024. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/638967-a-historia-de-sao-leopoldo-nao-e-so-dos-alemaes>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 28-63.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BORGES, Sillier Andrade Cardoso; ALMEIDA, Millena Dórea de. Desafios para uma Reforma Psiquiátrica antimanicomial: Revisitando o manifesto de Bauru. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 13, n. 37, p. 23–41, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/80469>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 16 nov. 2024.



BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BUTLER, Judith Butler. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHIABOTTO, Cristian da Cruz; NUNES, Igor Castro; AGUIAR, Karla Susane Prado. Contrarreforma psiquiátrica e seus reflexos no cuidado ao usuário e à família. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 49, p. 81-94, 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/63478>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Sobreimplicar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 211-213.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017**. Brasília: CFP, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2026.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 066–077, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

DALL’OSTO, Paloma Mendes. **Território embarrado: pelo vigor de uma clínica arriscada**. Trabalho de Conclusão de Residência (Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2023.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Aquilombamento da saúde mental: cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil**. São Paulo: Hucitec, 2023.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2020.



- DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 2012.
- DELL’AQUA, Giuseppe; MEZZINA, Roberto. Resposta à crise. In: DELGADO, Jaques. **A loucura na sala de jantar**. São Paulo: Resenha, 1991. p. 53-79.
- ESCÓSSIA, Liliana da; TEDESCO, Silvia. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 92-108.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FAVERO, Sofia. **Psicologia suja**. Salvador: Devires, 2022.
- FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- FRANCO, Fábio Luís. **Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **São Leopoldo, RS: panorama: população**. Rio de Janeiro, IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-leopoldo/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.
- KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 32-51.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.



KINOSHITA, Roberto Tykanori. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, Ana (Org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010.

KOLKER, Tania. A atuação dos psicólogos no sistema penal. In: BRANDÃO, Eduardo Ponte; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2004. p. 157-204.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOBOSQUE, Ana Marta. **Clínica em movimento**: por uma sociedade sem manicômios. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MACHADO, Leila Domingues; ALMEIDA, Laura Paste de; SANTOS, João José Gomes dos. Sobre Fazer Ver Uma Vida. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 26-44, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/37763/26509>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MARTINS, Aline Gomes. A noção de crise no campo da saúde mental: saberes e práticas em um centro de atenção psicossocial. **Mental**, Barbacena, v. 11, n. 20, p. 226-242, jun. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272017000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. O que está em jogo no fascismo-democrático-bélico contra o uso de drogas? In: ALENCAR, Rodrigo; SILVA, Rubens Espejo da; AVARCA, Camila Aleixo de Campos (Orgs.). **Drogas e autonomia**: interseções entre clínica e políticas públicas. São Paulo: Benjamin Editorial, 2020. p. 47-56.

MERHY, Emerson Elias et al. Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. **Saúde em Debate**, v. 38, n. 102, p. 213-226, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-774076>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde**: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.



MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NUNES, Mônica de Oliveira et al. Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, p. 4489–4498, dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25252019>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós, 2023.

OLIVEIRA, Thiago Mendonça de; OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de; LOTTI, Alessandro Demel. Oficinas sobre marcadores sociais da diferença em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas: limites e possibilidades de intervenção. In: ALENCAR, Rodrigo; SILVA, Rubens Espejo da; AVARCA, Camila Aleixo de Campos (Orgs.). **Drogas e autonomia**: interseções entre clínica e políticas públicas. São Paulo: Benjamin Editorial, 2020. p. 37-45.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou navio negreiro?: inquietações para a Reforma Psiquiátrica Brasileira? **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-23, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483/15672>>. Acesso em: 02 abr. 2026.

PINHO, Leonardo. Prefácio. In: AMARANTE, Paulo (Org.). **Loucura e transformação social**: Autobiografia de um movimento: quatro décadas de reforma psiquiátrica no Brasil (1976-2016). São Paulo: Zagodoni, 2021. p. 9-10.

PRECIADO, Paul B. La izquierda bajo la piel: Um prólogo para Suely Rolnik. In: ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 11-21.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. **História de São Leopoldo**. São Leopoldo: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, [2024?]. Disponível em: <<https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/conteudo/2980/464?titulo=HIST%C3%93RIA+DE+S%C3%83O+LEOPOLDO>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Diagnóstico Socioterritorial**. São Leopoldo: Secretaria



Municipal de Desenvolvimento Social, 2016. Disponível em:
<<https://unisinis.br/cidadania/wp-content/uploads/2016/07/diagnostico-socioterritorial-da-politica-de-assistencia-social-sao-leopoldo-2016.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

RESENDE, Tania Inessa Martins de. **Eis-me aqui**: a convivência como dispositivo de cuidado no campo da saúde mental. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em:
<<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/21117>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSA, Lilian. Real Feitoria do Linho Cânhamo: da diversificação econômica aos desafios produtivos (1783-1824). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 2, p. 1-22, 2024. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n2.269846>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SILVA, Guilherme Ulema da. **Fome, prisão, tortura e genocídio**: um passeio cartográfico pelos porões da democracia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2021.

SOUZA, Pedro de. Agenciar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 29-31.

TAVARES, Natália Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna; LAGES, Sônia Regina Corrêa. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 99, p. 580–587, out. 2013. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/jCfZVYPGcL9Sff8MpgtWK6z/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 21 abr. 2026.



VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves et al. O cuidado em saúde na atenção ao uso de drogas entre adolescentes: entre disposições securitárias e produção de autonomia. In: ALENCAR, Rodrigo; SILVA, Rubens Espejo da; AVARCA, Camila Aleixo de Campos (Orgs.). **Drogas e autonomia**: interseções entre clínica e políticas públicas. São Paulo: Benjamin Editorial, 2020. p. 79-90.

Submetido em: 29 de abril de 2026.

Aprovado em: 26 de junho de 2026.